

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

ÉLIDA CORDEIRO DE ALMEIDA GALVÃO

COMUNICAÇÃO EM REDE NA AMAZÔNIA:
A ARTICULAÇÃO DE RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM DEFESA DOS BENS COMUNS

BELÉM - PA
2018

ÉLIDA CORDEIRO DE ALMEIDA GALVÃO

COMUNICAÇÃO EM REDE NA AMAZÔNIA:
A ARTICULAÇÃO DE RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM DEFESA DOS BENS COMUNS

Artigo apresentado ao Programa Internacional de Formação de Especialistas em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas - XXVIII FIPAM por meio do Programa Lato Sensu do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade da Federal do Pará - NAEA, como requisito para o título de especialista em Comunicação Científica na Amazônia.
Orientadora: Prof^a. Dra. Marcela Vecchione.

BELÉM - PA
2018

RESUMO

O estudo se debruça sobre o estímulo de uma ação coletiva por alternativas comunicacionais que ampliem o protagonismo de povos e comunidades tradicionais em defesa de seus territórios, ameaçados por conflitos provocados pelo avanço ofensivo do capital na Amazônia. Estes conflitos geram a necessidade de defender os recursos naturais, os territórios, os modos de vida daquelas populações frente aos problemas trazidos pelo crescimento econômico e as conseqüentes violações de direitos, a fragmentação das relações e a privatização da natureza. Para isso, as rádios comunitárias acabam por protagonizar a consolidação de estratégias de resistência nos espaços de vida da população amazônica, no sentido de contribuir para o envolvimento dessas populações junto a práticas de ações comunicacionais contra a destruição dos bens comuns.

Palavras-chave: Amazônia; rádios comunitárias; mobilização social; redes; bens comuns.

INTRODUÇÃO

Não sendo considerado uma tecnologia em nada ultrapassada na Amazônia, o rádio potencializa as resistências de povos e comunidades tradicionais oprimidos pela repressão hegemônica de ruralistas e permite a abertura de caminhos alternativos ao desenvolvimentismo econômico. Apesar de o foco do estudo estar centrado no envolvimento e articulação política de atores sociais em torno do bem comum, o diálogo sobre a democratização e o direito à comunicação estabelece um vínculo direto com a luta pela garantia dos direitos humanos, em sua abrangência, bem como com a luta pela garantia da justiça ambiental¹ e climática na Amazônia que, por sua vez, reverbera em todo o mundo.

A abordagem temática objetiva investigar a comunicação enquanto rede de articulação e mobilização em defesa dos bens comuns, conceito a ser abordado adiante. A prática de articulação coletiva torna-se um grande desafio a ser investigado. Por isso faz-se um recorte de observação a partir da comunicação popular por meio das rádios comunitárias, que continuam a ser um dos instrumentos comunicativos mais utilizados no território. Depois, o estudo analisa como a comunicação - ela própria considerada um bem comum imaterial - pode articular ações em defesa dos bens comuns materiais e imateriais. Por fim, será analisado um estudo de caso de um projeto iniciado pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)²/Fundo Dema³ com comunicadores/as populares de rádios comunitárias, voltado à articulação em rede para defender o território do Baixo Amazonas, no Pará. O estudo possibilita

¹ Uma lógica em comum que mobiliza os movimentos sociais a questionar e lutar contra um modelo de desenvolvimento relacionado a mecanismos estratégicos excludentes e de rentabilização. “Assim, as lutas por justiça ambiental, tal como caracterizadas no caso brasileiro, combinam: 1. A defesa dos direitos a ambientes culturalmente específicos – comunidades tradicionais situadas na fronteira de expansão das atividades capitalistas e de mercado; 2. A defesa dos direitos a uma proteção ambiental equânime contra a segregação socioterritorial e a desigualdade ambiental promovidas pelo mercado; 3. A defesa dos direitos de acesso equânime aos recursos ambientais contra a concentração das terras férteis, das águas e do solo seguro nas mãos dos fortes interesses econômicos no mercado; 4. A defesa dos direitos das populações futuras. Como os representantes dos movimentos fazem logicamente a articulação entre lutas presentes e “direitos futuros”? Propondo a interrupção dos mecanismos de transferência dos custos ambientais do desenvolvimento para os mais pobres. Pois o que estes movimentos tentam mostrar é que, enquanto os males ambientais puderem ser transferidos para os mais pobres, a pressão geral sobre o ambiente não cessará. Eles fazem, assim, a ligação entre o discurso genérico sobre o futuro e as condições históricas concretas pelas quais, no presente, esse futuro está se definindo. Dá-se aí a junção estratégica entre justiça social e proteção ambiental: pela afirmação de que, para barrar a pressão destrutiva sobre o meio de todos, é preciso começar protegendo os mais fracos” (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 146-147).

² Organização Não Governamental, atuante no Brasil, com equipe regional no Pará, voltada à defesa e garantia dos direitos humanos e socioambientais. Esta organização é representante jurídica do Fundo Dema, bem como compõe seu Comitê Gestor.

³ Fundo de apoio a projetos comunitários de povos e comunidades tradicionais da Amazônia, gerenciado coletivamente por um Comitê, composto por representantes de entidades localizadas nas regiões da Transamazônica, BR163 e Baixo Amazonas – portanto, áreas de atuação deste Fundo –, incluindo representações de indígenas, quilombolas e mulheres.

refletir sobre a importância das rádios comunitárias enquanto meio democrático amplo e radical de mobilização e participação política, de forma a mediatizar as violações de direitos, assim como visibilizar os modos de vida de povos e comunidades tradicionais.

A motivação para o estudo parte da relação da pesquisadora com o Fundo Dema, pela sua atuação na Assessoria de Comunicação do mesmo, o que facilitou a aproximação com a temática abordada, tendo sido reforçada com revisão de literatura sobre o assunto, com pesquisa bibliográfica que inclui um documento interno, elaborado por Julianna Malerba⁴, resultado de estudo não publicado (maio 2018), intitulado ‘Diagnóstico sobre a situação fundiária do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) da Gleba Lago Grande, em Santarém (PA)’, que versa sobre questões fundiárias e a perspectiva de entrada de uma grande empresa de mineração para a exploração de bauxita no território Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) da Gleba Lago Grande, na região do Baixo Amazonas, no Pará. A tese de Ricardo Folhes⁵, intitulada ‘O Lago Grande do Curuai: história fundiária, usos da terra e reações de poder numa área transição várzea-terra firme na Amazônia’, também foi uma das referências que deram substrato à compreensão do território em sua dimensão geográfica, ambiental, cultural e social.

De acordo com Folhes (2016), “a falta de regularização fundiária [em PAE] representaria também uma forte restrição de acesso a políticas públicas, como, por exemplo, a programas de assistência técnica e linhas de crédito para habitação e produção rural” (FOLHES, 2016, p. 80). Com o PAE Lago Grande, por exemplo, essa limitação acabou se tornando um deleite à ALCOA⁶ que, diante da ausência de políticas públicas, passou aliciar as comunidades a partir da oferta de serviços e equipamentos para estruturar, principalmente escolas e associações comunitárias. No entanto, sua entrada na região provocou muitas ameaças à população local, entre elas a desterritorialização de famílias.

Em uma segunda fase do estudo, ocorreu o envolvimento enquanto observadora participante durante visita ao local – oportunidade tida a partir do enlace entre a atuação no Fundo Dema e o compromisso com a realização de um projeto por ele desenvolvido, que favoreceu a reflexão do processo enquanto prática e a necessidade de comunicar amplamente os saberes e experiências de povos e comunidades tradicionais da Amazônia paraense – e, com

⁴ Integrante do Grupo Nacional de Assessoria da FASE, estudiosa sobre questões que envolvem a territorialidade, questões fundiárias e os bens comuns.

⁵ Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Instituto de Geociências da Universidade Federal do Pará em convênio com o Museu Paraense Emílio Goeldi e EMBRAPA – Amazônia Oriental. Área de Concentração em Clima e Dinâmica Socioambiental na Amazônia.

⁶ Empresa de origem norte americana, tida como uma das maiores siderúrgicas do mundo. Uma de suas instalações no Brasil localiza-se no município de Juruti, na região do Baixo Amazonas, a oeste da Gleba em que se situa o PAE. A empresa está instalada na região desde 2007, onde explora bauxita.

isso, deu-se a coleta de depoimentos individuais, observação de narrativas coletivas em eventos de educação popular para a formação política e em eventos de reivindicação, tais como audiências públicas. Esta observação participante potencializou a vontade de investigar a comunicação entre as comunidades locais, em um território caracterizado pelas grandes distâncias entre as centenas de comunidades, fato que interfere na produção, percepção, recepção e propagação de informações, no diálogo e na articulação entre estas comunidades.

Além de ter como base empírica o estudo de Julianna Malerba e Ricardo Folhes, o artigo faz uma investigação qualitativa na forma de um estudo de caso sobre o projeto realizado pela FASE/Fundo Dema, voltado à articulação em rede de rádios comunitárias, para a defesa do território na região do Baixo Amazonas – onde se inclui Planalto Santareno⁷, Reserva Extrativista (RESEX) Tapajós Arapiuns e PAE Lago Grande, no Baixo Amazonas paraense – diante das ameaças identificadas no espaço de povos e comunidades tradicionais. Neste sentido, trata-se de um estudo que envolve tanto uma análise situacional, a qual, Castro (1997) apud Duarte (2010) identifica como um exame do próprio universo, quanto um estudo de caso com observação participante e pesquisa ação⁸. Nessa combinação de aproximações metodológicas, pedagógicas e políticas, em associação com técnicas de campo relacionadas à educação popular, observou-se os fenômenos sociais e comunicacionais envolvendo as comunidades, a recepção de conteúdos por essas, para, assim, elaborar-se perguntas de pesquisa e detecção de novos problemas a partir das demandas e desafios de entendimento da situação e de organização social e política das comunidades.

Neste caso, como ponto de partida metodológico mais geral, observou-se que há uma unidade social em que se conjugam padrões políticos situacionais (por exemplo, a chegada da ALCOA e as dificuldades com a regularização fundiária do PAE Lago Grande) com os próprios padrões de relação com outras unidades sociais (outras comunidades ao redor do PAE, sindicatos, organizações não-governamentais), desde os momentos mais iniciais de ocupação do local, bem como com a estrutura social e regional onde as comunidades estão inseridas (configuração social e política da região do Baixo Amazonas). Em outras palavras, as unidades sociais representam delimitações sociais entrelaçadas por meio da comunicação enquanto fenômeno social que problematiza, questiona, argumenta as relações estabelecidas no sistema como um todo. Sistema este que se apresenta enquanto um conjunto de fatores (políticos, sociais, ambientais, econômicos, por exemplo) que nos auxilia na compreensão da função de uma rede de comunicação em meio aos conflitos existentes. No entanto, veremos seguidamente

⁷ Região composta pelos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos.

⁸ Ver Peruzzo (2010, p. 125).

que a própria comunicação, considerando a sua transdisciplinaridade, torna-se ela mesma o centro de uma complexidade sistêmica a ser discutida e examinada enquanto bem comum imaterial.

Em auxílio a esta aproximação metodológica mais geral, empregou-se o desenvolvimento de um conjunto de atividades de comunicação comunitária realizada pelo Fundo Dema, voltado a um grupo focal de radiocomunicadores/as populares, pautado em três objetivos: 1. fortalecer a rede de comunicadores e comunicadoras populares da região em defesa dos territórios ameaçados por grandes empreendimentos de exploração mineral, florestal, hidrelétricos, entre outros; 2. compartilhar conhecimentos técnicos para estimular diálogos políticos sobre as ameaças que cercam os territórios e estabelecer perspectivas a partir dos meios de comunicação existentes e de alcance nas comunidades; 3. construir roteiros para programas temáticos a partir da atividade do compartilhamento de conhecimento técnico. Tais objetivos desencadearam outras ações que corroboram a compreensão e observação da pesquisadora enquanto agente partícipe do projeto desenvolvido pelo Fundo Dema. Vale ressaltar que diversas outras ações de empoderamento de comunicadores e comunicadoras populares já foram realizadas no local – a exemplo da Rede Mocaronga, impulsionada enquanto projeto da Organização Não Governamental (ONG) Saúde e Alegria; Projeto Mídia dos Povos, articulado pela AMARC⁹ – ou continuam a ser realizadas, como a Rede de Notícias da Amazônia (RNA), impulsionada pelo Movimento Tapajós Vivo no território. No entanto, a observação da realidade local viabiliza um olhar mais amplo sobre possibilidades de articulação política via comunicação popular, não apenas para o território do PAE Lago Grande, mas, partindo deste ponto específico para uma articulação nos demais territórios do Baixo Amazonas. Isso porque a ameaça do grande capital a estas regiões é bastante incisiva, considerando, além da exploração mineral, o monocultivo e o agronegócio da soja, o poder dos latifundiários e sua pressão para o aquecimento do mercado de terras, a construção de hidrelétricas e dos portos para a exportação de grãos, a ação de madeireiras e sua relação com a perda da biodiversidade e o aquecimento global, por exemplo.

Frente à problemática do distanciamento geográfico entre as comunidades, com poucas delas podendo contar com a comunicação a partir de rádios comunitárias ou rádio poste¹⁰, ou até mesmo com possibilidades bem limitadas de acesso à internet, o artigo parte de

⁹ Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC), Organização Não Governamental, atuante nos cinco continentes, com sub-regiões em todo o mundo, inclusive no Brasil. Sua atuação é voltada ao fortalecimento das rádios comunitárias e à garantia do direito humano à comunicação.

¹⁰ São rádios alternativas e populares, em os principais elementos técnicos se constituem em caixas de som ou megafones instalados em postes para ampliar informações à comunidade.

alguns questionamentos, entre os quais: De que forma as redes de comunicação, que já se fazem existentes, podem ser fortalecidas e podem vir a intervir na mobilização social em defesa do território, dos direitos de povos e comunidades tradicionais e dos bens comuns? Como consolidar uma rede de comunicação nos territórios rurais/florestais da Amazônia, onde há grande limitação tecnológica? Estas perguntas são centrais para que se alcance do objetivo deste estudo em investigar a comunicação enquanto rede de articulação e mobilização em defesa dos bens comuns.

Apesar da pesquisa estar voltada ao exercício da comunicação e sua relação com a mobilização social, de forma secundária será abordada a comunicação social enquanto bem comum imaterial. Isto possibilita compreendê-la mais à frente em seu ponto de entrelace enquanto meio e fim para a construção e formação de sujeitos políticos – os comunicadores populares criando conteúdos e se construindo como sujeitos de transformação coletiva – e como mecanismo e prática garantidores de direitos.

1. O RÁDIO ENQUANTO INSTRUMENTO DEMOCRÁTICO DE COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO

Apesar da grande quantidade de informação que circula pelos meios, a mensagem difundida a partir da penetração da internet não garante que haja comunicação efetiva, ou até mesmo que o acesso a novas tecnologias possibilite a interação ou a produção de conhecimento. Mesmo que o advento da internet tenha possibilitado uma ‘revolução na comunicação’, muitos outros elementos devem ser considerados para que essa revolução possa, de fato, chegar a todos os espaços. Na Amazônia, com destaque à região Norte, por exemplo, ainda há muita limitação no acesso à internet e até mesmo à informação mediada pela televisão. O rádio, no entanto, continua a ser um dos meios de comunicação tradicional de maior alcance (Ver Tabela 4, no tópico 2, p. 16).

Correspondendo a 61% do território brasileiro, a Amazônia Legal tem o Pará como o segundo maior estado em termos de extensão territorial, entre os nove que a integram em espaço nacional. Com cerca de 1.247.955,238 Km²¹¹, os rios que enviesam o território por muito tempo foram os principais meios de integração entre os longínquos lugares. E, mesmo que “em determinadas regiões [seja] possível chegar via estrada, em outras, somente de barco ou avião. Isso já faz toda a diferença, uma vez, que a própria implantação dos veículos de comunicação depende dessa infraestrutura existente” (COSTA; OLIVEIRA, 2013, p. 5).

Em artigo que traça uma trajetória da experiência do rádio na Amazônia, o jornalista Paulo Roberto Ferreira destaca que o rádio cumpriu uma importante função de integração entre as capitais e as distantes localidades do interior. “As ondas do rádio chegavam até os vilarejos mais distantes, na beira do rio, nos garimpos, nos seringais, nas fazendas, nas roças, dentro das canoas, dos barcos, dos navios, dos caminhões tipo pau-de-arara, etc.” (FERREIRA, 2005, p.1). De acordo com o autor, antes do rádio, os barcos que abasteciam os seringais e as pequenas povoações com mercadorias eram os meios responsáveis pela quebra do isolamento social, um contato consolidado nas casas aviadoras, os chamados “regatões”.

Ainda hoje, na era da comunicação digital, o rádio ainda cumpre importante papel na Amazônia, já que naquele imenso território, onde os rios funcionam como as grandes avenidas, em muitas localidades, como na vila Serrinha, comunidade quilombola do rio Trombetas, no Baixo-Amazonas, Norte do Pará, o aparelho de rádio, de pilha ou a manivela, reduz a distância com a cidade, já que a viagem, em pequenas embarcações, demora três horas de ida e mais três de volta. Por isso, todos os dias, entre às 4 e 5 horas da tarde, dona Miraci Regis de Melo liga o seu aparelho

¹¹ Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) <<https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/amazonialegal.shtm?c=2>>. Acesso em 23 de nov 2017.

para ouvir as mensagens do programa “Correio do Interior”, da *Rádio Jornal Cidade de Oriximiná*. (FERREIA, 2005, p. 12)

O forte vínculo das populações da Amazônia com o rádio ainda se faz muito presente. Este instrumento alcança os lugares mais longínquos que os próprios multimeios, apesar de toda a tecnologia existente nos dias atuais, ainda não conseguem chegar por diversos fatores, entre eles, renda familiar e classe social, como salientam Oliveira; Bonilla (2015). De acordo com as pesquisadoras, ao analisar as políticas públicas de conexão internet em banda larga propostas pelo governo Dilma no período entre 2011 a 2014, embora essas políticas de incentivo tenham sido ampliadas, principalmente a partir do uso de smartphones,

é inegável que ainda assim grande parte da população continuará sem conexão. Se considerarmos que a maioria da população vive com 1 a 2 salários mínimos, muitos não terão condições para pagar mensalmente uma taxa cara de internet, investir em equipamentos de instalação da banda larga a exemplo dos modems, que também são caros, chegando até R\$ 200,00. A falta de recurso financeiro da população faz com que se priorize outras demandas familiares, a exemplo, o seu próprio sustento familiar (OLIVEIRA; BONILHA, 2015, p. 12)

Diante da potencialidade do rádio em romper fronteiras, este meio consegue empoderar vozes silenciadas e invisibilizadas de grupos sociais ameaçados pelo cerceamento de seus direitos. Protagonizando uma realidade de grandes contradições pautadas na dicotomia entre o desenvolvimento e a destruição por ele provocada, a Amazônia continua a ser midiaticamente mitificada enquanto um habitat selvagem, o celeiro de biodiversidade do mundo, massivamente enxergada em um contexto geográfico de vazio demográfico e de grande potencial para exploração econômica. Há tempos estudiosos e, principalmente os movimentos sociais, vêm chamando a atenção do mundo para a questão socioambiental e climática, para as ameaças do agronegócio, que se tornam pautas cada vez mais centrais frente aos incisivos investimentos dos interesses privados.

De acordo com Leroy (2016), ao priorizar um desenvolvimento baseado na produção e exportação de commodities, a política econômica brasileira “tem por efeito a destruição acelerada dos ecossistemas e a marginalização de povos indígenas, comunidades tradicionais e setores do campesinato” (LEROY, 2016, p.9). Para o autor, a ofensiva do capital, sustentada política e economicamente pelo governo central e pelo poder legislativo, impõe barreiras ao reconhecimento dos direitos destas populações. Ou seja, a ‘financeirização da natureza’¹²

¹² Termo que surge após a Rio-92, a partir da propagação da ‘expressão ‘economia verde’, referindo-se à crítica a um modelo de desenvolvimento pautado na exploração dos recursos naturais para atender interesses privados, provocando danos aos bens comuns e à sociedade.

implica em retrocessos, sobretudo ambientais, sociais, culturais, além de invisibilizar povos e comunidades tradicionais que vivem na Amazônia, sem contar que geram dúvidas e temores sobre o futuro dos bens comuns da humanidade.

Para o capital financeiro, as concepções de “desenvolvimento” na região amazônica estão atreladas à exploração dos recursos naturais, ao avanço da pecuária e da monocultura, à invasão de territórios, ao comércio de carbono, à logística para a exportação de commodities com a construção de ferrovias, portos e estradas, por exemplo. No entanto, essa projeção cria conflitos e desigualdades de proporções imensuráveis que interferem nos modos de vida dos povos da Amazônia, sejam eles do campo, da floresta, dos rios ou da cidade. Apesar de todo o avanço interativo da “ciberdemocracia”¹³, na Amazônia paraense a forma de comunicação participativa por meio das rádios comunitárias vem possibilitando o contato da população com o mundo interno e externo à sua realidade. Isso porque, de acordo com Costa e Oliveira (2013), o rádio foi o primeiro veículo que conseguiu romper as barreiras do acesso à comunicação em um território cortado quase que totalmente por rios.

Mesmo constatando que hoje os outros veículos de comunicação têm uma forte inserção no Estado, o rádio continua exercendo um importante papel, considerando sua função social, de promover e fomentar as atividades educativas, culturais, artísticas e informativas, respondendo às necessidades da sociedade, principalmente nos lugares mais longínquos da Amazônia e mobilizando a população em questões que tratam especificamente da realidade local. (COSTA; OLIVEIRA, 2013, p. 3)

Na prática, o diálogo das autoras sobre o laço estabelecido entre o rádio e a população da Amazônia ainda se faz muito presente na realidade atual. Mesmo diante de toda a potência dos meios virtuais, é este meio que continua a “comunicar, informar e integrar” as famílias, mesmo nas comunidades mais longínquas. Na maior parte do território, seja no meio do campo, da floresta, das águas ou até mesmo em vilarejos urbanos e pequenas cidades, a internet não conseguiu expandir a sua universalidade tanto quanto a potencialidade do rádio, considerando que em muitas delas a comunicação é feita por meio de rádio poste. Essa forma de comunicar, mesmo em pequenas dimensões, potencializa o diálogo entre o/a comunicador/a e a comunidade, horizontaliza as relações a partir da integração das vozes de quem fala e de quem ouve em torno de interesses comuns, da transgressão na concepção da receptividade passiva e do fortalecimento na concepção de uma coletividade ativa. Nesse sentido, a rádio poste também pode ser considerada um meio de democratizar a comunicação, garantindo a

¹³ Ver Levy (2009, p.367).

circulação da pluralidade de ideias existentes nas comunidades.

No entanto, as limitações do acesso à comunicação midiaticizada impõem obstáculos à visibilidade e ao conhecimento das populações locais sobre as estratégias capitalistas de domínio e apropriação de seus territórios. E ainda, considerado um poderoso instrumento capaz de contra argumentar o discurso dominante, a atuação do rádio, em especial das rádios comunitárias, incomoda bastante a quem tem uma percepção mercadológica sobre o meio ambiente. Isso porque ao dialogar com a população, as rádios comunitárias têm a possibilidade de engrossar narrativas de denúncias de violação de direitos, chamar a atenção da sociedade trocar informações e publicizar ações em defesa dos bens comuns. E não é à toa que a comunicação popular sofre constante ataque à liberdade de expressão por parte de grupos que, com forte capital político e econômico, tentam cercear o diálogo com a sociedade de forma ampla, com circulação de informação produzida popularmente por quem constrói o que é a Amazônia de verdade, trata dos fatos e problemas sobre a região. Criminalizar e perseguir rádios comunitárias com caça ao licenciamento de funcionamento e apreensão de equipamentos tem se tornado regra em muitas comunidades da Amazônia.

Considerando que os grupos sociais que habitam as franjas das regiões periféricas, como é o caso dos rincões da Amazônia, muitas vezes nem mesmo participam como plateia da esfera pública, ou seja, estão alijados do processo democrático de participação porque não se inserem de forma politicamente influente neste fórum aberto onde se travam as disputas entre os atores sociais, as mídias alternativas de forma geral e as rádios comunitárias de forma específica tendem a ocupar um papel importante no processo de empoderamento e articulação dos interesses locais dessas comunidades, bem como na construção de uma esfera pública por meio do fortalecimento de um processo discursivo mais democrático, a partir da emergência de novas institucionalidades com base no protagonismo local. (STEINBRENNER, 2011, p. 42)

De acordo com Steinbrenner (2011), com uma “mídiatização periférica”, em que as visões de mundo são constituídas de fora para dentro, muito em razão da privatização dos meios de comunicação de massa na região, que engrena na insuficiência da quantidade e qualidade da produção da informação, além da escassez e da precarização profissional com a falta de repórteres, editores etc. com formação na área, surge uma “tendência de valorização das outras instâncias constitutivas da esfera pública além da mídia, as organizações da sociedade civil e os espaços de comunicação interpessoal” (STEINBRENNER, 2011, p.43). Esta esfera pública engloba desde conversas em praças, em feiras, nas escolas, igrejas e, inclusive, entre os movimentos sociais, que passam a se organizar para produzir e ter tratamento midiático adequado, preparando e constituindo o que seria uma atenção e uma sensibilidade pública às suas questões, a partir de alternativas independentes, a exemplo das rádios comunitárias.

2. A COMUNICAÇÃO ENQUANTO BEM COMUM IMATERIAL

Embora a maioria dos estudos sobre os bens comuns partam de uma leitura crítica econômica e sua relação com a esfera social e ambiental, a proposta deste trabalho dialoga com a concepção de Vieira (2014) que, em sua tese, investiga a relação dos bens comuns imateriais e a mercantilização. Embora o autor desenvolva seus estudos tendo como foco os efeitos sobre a educação, neste trabalho o estudo se debruça em uma reflexão da comunicação como bem comum imaterial¹⁴, dada a sua importância enquanto direito constitucional de interlocução e inter-relação que exerce influência na consolidação da democracia, da liberdade de expressão, de culto, de pensamento e de opinião.

De forma preliminar, o autor faz um apanhado histórico sobre a mercantilização a partir de uma concepção da crítica ao mercado de cunho marxista, e a partir do conceito de “sistema de mercado”, advinda de Polanyi. Dada a amplitude da abordagem, que perpassa pela transição do sistema feudal ao capitalismo, e sua lógica desenvolvimentista neoliberal, Vieira (2014) destaca a necessidade de um estudo que ultrapasse os limites analíticos de uma corrente neo-institucionalista¹⁵ sobre os bens comuns “materiais e locais”. A partir da avaliação de teorias sobre os bens comuns, o autor chama a atenção para as possibilidades de adaptações desta abordagem e ampliação dos estudos para um viés que nos leve a refletir sobre os “bens comuns intelectuais e globais”, levando em consideração os atuais tempos de globalização.

Para analisarmos a comunicação enquanto bem comum imaterial, é importante perpassar brevemente pela concepção de ‘bem comum’. Várias são as abordagens, contextos e sentidos e teorias sobre o conceito, afirma Vieira (2014). Em um primeiro momento, com base na corrente neo-institucionalista¹⁵, a qual pondera suas limitações, o autor destaca que “bens comuns são coisas compartilhadas por uma comunidade” (VIEIRA, 2014, p. 97), mas seguidamente, baseado nas ideias de Massimo de Angelis, pontua que para além de “coisa compartilhada”, o bem comum também é a “ação de compartilhar”, o “fazer comum”. Pois bem, em seus dois aspectos, seja como coisa ou ação, os bens comuns geram saberes, mobilização e/ou transformação política que podem ultrapassar o limite local. Assim, a articulação entre as rádios comunitárias pode ser pensada enquanto espaço de circulação pública desses saberes e de protagonismo de agentes políticos, mas, acima de tudo, em espaço onde se constitui e se constroem esses saberes de forma coletiva no próprio ato da troca, que é, também, difusão. Em

¹⁴ O próprio autor identifica como sinônimo de bens comuns imateriais, frente a variações terminológicas.

¹⁵ Corrente de estudo da Ciência Política e da Economia Política, cuja figura central é representada por Elinor Ostrom (1933-2012), cujos estudos estão focados no uso e disposição dos bens naturais e em uma proposta de sua governança democrática.

outras palavras, o bem comum é antes de tudo verbo e prática, não coisa ou substantivo, precisando mesmo de ação compartilhada entre sujeitos que compartilham e criam ideias e saberes em conjunto para se tornar substância que, primeiramente, é ação, na forma mesma de se comunicar.

Levando em consideração a problemática das disputas na Amazônia, se olharmos para mesma enquanto bem a ser compartilhado, a realidade amazônica explicita uma grande vulnerabilidade frente ao desafio de defesa dos bens comuns materiais, em especial à defesa dos territórios onde se compartilham – e se produz - biodiversidade a partir dos modos de vida tradicionais. Também, sendo os últimos compartilhados enquanto formas de fazer coletivas e associadas aos muitos saberes locais e regionais.

Ao estudar o papel das rádios comunitárias diante da disputa sobre os bens comuns em um tempo de convergência midiática, Malerba (2016) considera que diante de um paradigma de disputa pelo ar, considerando as deficiências sobre as regulamentações de uso no país do espectro eletromagnético, outras demandas tecnopolíticas passam a incidir na luta pelo “espectro livre”, a exemplo do aumento de acesso à telefonia e às redes sociais.

No escopo de luta pelo acesso ao uso do espectro eletromagnético, quando não outorgadas, as rádios comunitárias passam a ser consideradas piratas e recai sobre elas forte criminalização, por parte da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), sob a justificativa de atuação ilegal devido ao fato de não cumprirem as normas estabelecidas para a regulação.

Criada em 1998, a Lei nº 9.612¹⁶ (Lei da Radiodifusão Comunitária) acabou por reforçar a criminalização descrita acima, subjugando à ilegalidade aquelas rádios que não cumprissem as características técnicas exigidas “aos serviços de radiodifusão comunitária”, caracterizados pela baixa frequência. Tal frequência é limitada a “25 Watts ERP e altura do sistema irradiante não superior a trinta metros”, conforme disposto no primeiro parágrafo do primeiro artigo da referida Lei.

Diante de uma concreta imensidão espacial, sobretudo nos territórios rurais da Amazônia, considerar a adequação de 25 W para as rádios comunitárias, é desconsiderar a real necessidade do acesso à informação, frente a uma realidade de difícil acesso das radiofrequências. Não por acaso, dezenas de redes de comunicação popular e comunitária passam a ser formadas a partir da potencialidade virtual. De acordo com Malerba (2016), a gestão do espectro eletromagnético está relacionada à luta pelo software livre e contra o que denomina

¹⁶ Disponível em <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/110236/lei-da-radiodifusao-comunitaria-lei-9612-98>>. Acesso em: 20 de out. 2018.

de “clausura” dos saberes, das técnicas e das plataformas dos bens culturais.

Reforçando esta questão, no tocante dos Bens Comuns, Vieira (2014) relaciona a propriedade ao ato de compartilhar. De acordo com o autor, dependendo da forma de propriedade, se privada ou comum, esta instituição (propriedade) pode facilitar ou até mesmo dificultar as práticas de bem comum, ou seja, mesmo que uma rádio comunitária não possua outorga, ela não deixa de ser um bem comum, porque ali estão inseridos compartilhamento de saberes, ações políticas voltadas a interesses comuns. Assim como, mesmo que uma rádio possua outorga, mas se na sua atuação couber a “clausura” de saberes, das técnicas e das plataformas dos bens comuns, atendendo aos interesses privados e não comunitários, ela não se torna um bem comum bem-sucedido.

Para Vieira (2014), “a propriedade não é nem um impeditivo absoluto, nem uma garantia automática de sucesso para um bem comum [...], relaciona-se ao fato de que a propriedade em si não é um objeto monolítico, mas um conjunto complexo de direitos” (Id., p. 99). Diante da dificuldade do acesso ao licenciamento estatal para a garantia da liberdade de expressão enquanto direito constitucional, outras formas de atuação estão sendo fortalecidas, como pontua Malerba (2016) sobre a defesa do espectro eletromagnético como bem comum, e do movimento do software livre, de forma a possibilitar o atendimento às necessidades coletivas, embora a internet ainda seja um universo predominantemente privatizado.

No entanto, Maia (2008) nos traz à luz uma problemática desafiadora frente à realidade amazônica, onde muitas comunidades localizam-se em dimensões longínquas umas das outras. De acordo com a autora, apesar de a internet oferecer novas oportunidades de participação política de forma rápida e pouco burocrática, grande parte da população do globo terrestre, com destaque à população adulta, não tem acesso à rede, seja por conta da pobreza, seja por conta de infraestrutura de comunicação precária, ou ainda pela não familiaridade ou falta de habilidade com o instrumento digital.

Na Amazônia, essa realidade é muito presente e, por isso, torna-se um grande desafio estabelecer a consolidação de mobilização e participação política em rede comunicacional, com destaque às rádios comunitárias, um dos meios de comunicação mais presentes nas comunidades tradicionais e que podem ser consideradas como bem comum imaterial (VIEIRA, 2014; MALERBA, 2016). Ocorre que, se as pessoas envolvidas na gestão das rádios não tiverem acesso à internet, a articulação corre o risco de não ocorrer porque a informação não consegue ser repassada e, conseqüentemente, o diálogo não é estabelecido, uma vez que, em muitos lugares a informação chega somente pelo WhatsApp.

Da mesma forma, para que haja a experiência de uma rádio Web, por exemplo, é

necessário que a comunidade tenha acesso à internet e que as pessoas possam ouvir a rádio por meio de instrumentos como o computador ou o celular, que é um dos aparelhos tecnológicos mais frequentes nos domicílios brasileiros. No entanto, na região onde se concentra o foco de estudo desta pesquisa, com destaque à RESEX Tapajós Arapiuns, com 74 comunidades, e o PAE Lago Grande, com 140 comunidades, pouquíssimas são as que possuem ponto de internet com potência necessária para a instalação de rádio Web. Este acesso, portanto, é mais fortalecido na região do planalto, e ainda assim com grandes limitações.

Ao divulgar um mapeamento, a partir de um estudo realizado pelo Centro de Estudos sobre o uso das Tecnologias da Comunicação e da Informação no Brasil (CETIC), levantado em 2009, Steinbrenner (2011) indicou em sua tese de doutorado que o rádio era o segundo meio de comunicação mais utilizado na região Norte do país, ficando atrás somente da televisão. No entanto, em uma revisão mais atualizada dos dados informados pelo próprio CETIC, em 2017 (Ver Tabela 4), percebe-se que quase dez anos depois a televisão continua sendo pioneira (96%) quando se trata dos tipos de meio de comunicação que se acessa. Porém, o rádio passa a ficar em terceiro lugar (64%), atrás do telefone celular (92%), cuja utilização aumentou consideravelmente nos últimos anos, principalmente, após o surgimento de aplicativos e redes sociais que possibilitam uma forma de comunicação mais ágil e horizontal.

TABELA 1

A - DOMÍCIOS QUE POSSUEM EQUIPAMENTO TIC										
Categoria	Televisão	Rádio	Telefone celular	Telefone fixo	Computador de mesa	Antena parabólica	Console de jogo	TV por assinatura	Computador portátil	Tablet
- TOTAL										
Total	96	64	92	29	23	33	17	29	29	16
- ÁREA										
Urbana	97	64	94	31	25	28	19	32	32	18
Rural	93	64	83	11	9	63	7	10	14	8
- CLASSE SOCIAL										
A	100	74	99	77	71	30	59	83	93	58
B	99	70	99	58	53	27	33	60	73	32
C	98	64	96	29	22	29	17	29	28	16
DE	93	59	83	8	2	41	5	8	3	6
- REGIÃO										
Norte	92	48	88	10	10	43	10	18	18	10

Fonte: CGI.br/NIC.br, Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade de Informação (Cetic.br), Pesquisa sobre o uso das tecnologia de informação nos domicílios brasileiros – TIC DOMÍCIOS 2017 - Tabela disponibilizada a partir de cruzamento de dados obtidos no CETIC¹⁷

¹⁷ Disponível em <http://data.cetic.br/cetic/explore?idPesquisa=TIC_DOM>. Acesso em: 06 de set. 2018.

Vale ressaltar que o foco deste estudo é baseado na análise de rádios comunitárias, considerando o rádio poste, enquanto meio de difusão de conteúdo, e enquanto espaços públicos, mas que continuam reféns do controle estatal a partir da concessão de outorgas. No entanto, o celular a que nos referimos não é o analógico, aquele que praticamente só faz e recebe chamadas discadas, mas aquele que conecta as pessoas e as fazem interagir por meio da tecnologia digital.

Os dados nos mostram a necessidade de atentar para a potencialidade das redes sociais, sobretudo a comunicação por meio de aplicativos de conversação, pois mesmo em áreas de mais difícil acesso na Amazônia, a comunicação é realizada por meio de aplicativos de conversação que ganham destaque diante de uma sociedade cada vez mais globalizada. Ou seja, uma coisa não exclui a outra. Pelo contrário, a articulação por meio das redes sociais pode complementar as ações das rádios comunitárias em defesa dos direitos sociais e ambientais em diversos territórios, aqui com destaque na região do Baixo Amazonas. Na medida em que a segunda pode, a primeira pode levar tanto à absorção de informação da segunda com a construção de conteúdos críticos e próprios a partir da conversação por aplicativo, que, por sua vez, também pode contribuir para a construção não só de notícias, mas de informação baseada na vida cotidiana com raiz nos saberes locais a serem veiculados pelas rádios. Podem funcionar, portanto, em retroalimentação.

Um dos exemplos é a criação do Grupo de WhatsApp intitulado “Atando nós”, em que estão inclusos/as os/as participantes do primeiro encontro ocorrido por meio do projeto dinamizado pelo Fundo Dema, a ser melhor abordado a seguir. Em muitas comunidades, principalmente na RESEX e PAE Lago Grande, a comunicação pelo aplicativo é o único meio de articulação das atividades planejadas no encontro, pois consegue alcançar áreas que ultrapassam os limites da ligação direta. Mesmo que o sinal seja fraco e que haja muitas limitações de acesso, o aplicativo consegue protagonizar o meio de contato, a troca de informações entre os/as radiocomunicadores/as.

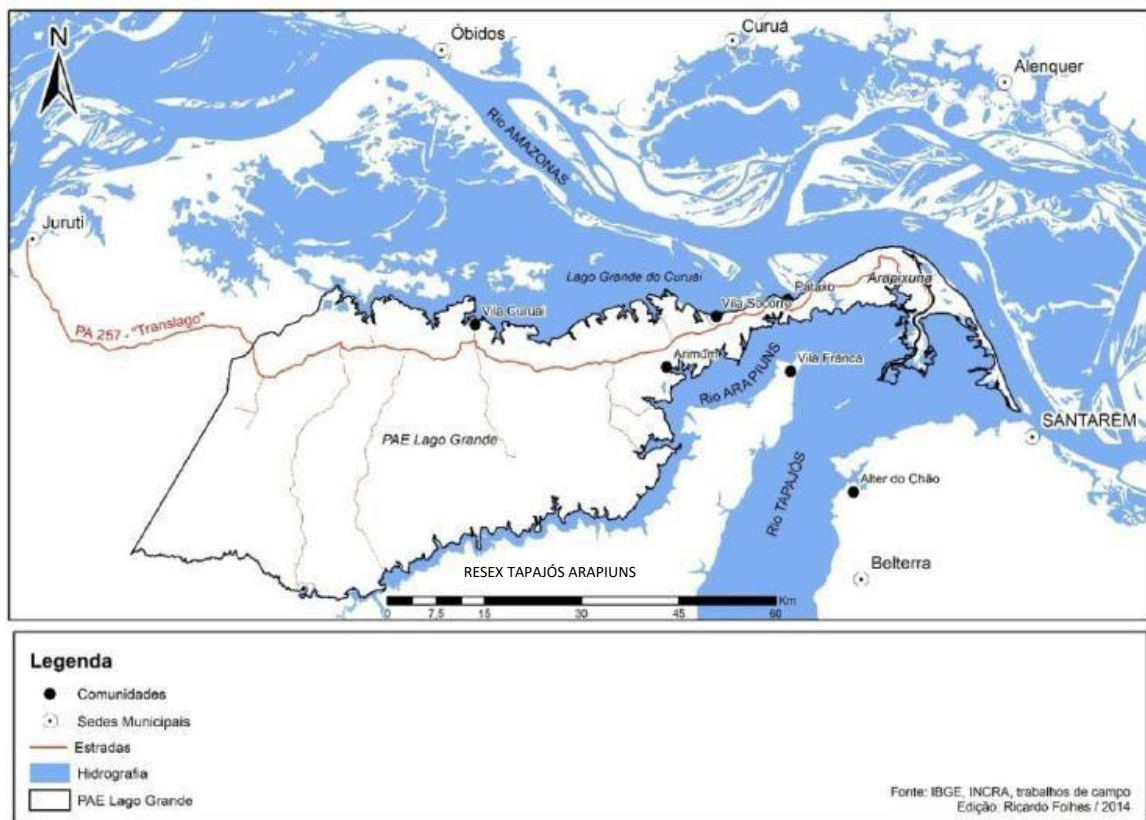
3. A MOBILIZAÇÃO EM REDE: A EXPERIÊNCIA DO FUNDO DEMA

Em um contexto de conjuntura política de criminalização dos meios de comunicação alternativos, e em especial das rádios comunitárias, encontrar meios de atuação coletiva se faz necessário. A experiência das rádios comunitárias na Amazônia, com destaque à experiência contra hegemônica no Oeste do Pará, especificamente no PAE Lago Grande, um território ameaçado por atividades de interesse mercadológico em grande escala e que ameaça também

os modos de vida dos povos e comunidades tradicionais que ali vivem, é um exemplo de tentativa de construção de comunicação comunitária para se contrapor a esses interesses que geram um desenvolvimento de tipo excludente.

Esta tem sido uma região estratégica para o hidro-minero-agronegócio, com instalação de empresas como a Bunge, Cargill (ambas relacionadas a complexo logístico de escoamento de soja e outros grãos, além da atuação com o monocultivo de espécies vegetais), Alcoa (mineradora) e a ameaça da construção do complexo hidrelétrico de São Luiz do Tapajós. Para melhor compreensão territorial, abaixo reproduz-se um mapa contido na tese de Folhes (2016), de autoria do próprio, em que podemos visualizar a localização da região metropolitana de Santarém, do PAE Lago Grande e da Resex Tapajós Arapiuns, que são Unidades de Conservação de grande extensão territorial, separadas pelo Rio Arapiuns.

FIGURA 1: MAPA REGIÃO METROPOLITANA DE SANTARÉM, QUE TEM TÍTULO ORIGINAL “LOCALIZAÇÃO E ACESSO A VILA CURUAI”



Fonte: (Folhes, 2016, p. 21), com adaptação da autora identificando a área da RESEX Tapajós Arapiuns.

Os investimentos do capital globalizado no território, de exploração dos bens comuns, feitos sem Consulta Prévia, Livre e Informada, garantida aos Povos e Comunidades Tradicionais pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o

Brasil é signatário, vem preocupando e mantendo os movimentos sociais em alerta, uma vez que as vozes comunitárias vêm sendo cerceadas por um autoritarismo mercadológico, que pode ser expressado com base nas ideias de Acselrad (2010) apud Leroy (2016) sobre as lutas políticas e históricas de povos indígenas, comunidades tradicionais e outras organizações comunitárias em defesa dos bens comuns.

“uma demanda por território, ao contrário [de uma simples demanda por terra] evoca questões de poder, de identidade, de autogestão e de controle dos recursos naturais. Uma demanda territorial busca impor uma nova territorialização que, no interior do espaço nacional e fundamentada na cidadania territorial, tenta redefinir a relação dos grupos com o Estado e a nação” (ACSELRAD, 2010, p.14 apud LEROY, 2016, p.13).

Quando as “questões de poder” fragilizam a identidade e os/as indivíduos/as já não conseguem se enxergar enquanto sujeitos coletivos, esse autoritarismo mercadológico influencia também na percepção da comunicação enquanto meio contestatório e de incidência política na luta pelos bens comuns materiais e, inclusive, os imateriais. Comumente relacionado ao aparelhamento do Estado para possibilitar a perseverança do desenvolvimento do capital globalizado, o autoritarismo mercadológico reflete na coerção de vozes questionadoras, a começar pela concessão de monopólios midiáticos aos ‘poucos’ de poderoso capital econômico, e os empecilhos à concessão de outorga a ‘muitas’ rádios comunitárias.

Assim, partindo de uma perspectiva de defesa do território, com atuação em apoio a projetos coletivos de povos e comunidades tradicionais, o Fundo Dema deu início a uma experiência de resistência coletiva, estimulando o protagonismo de rádios comunitárias no Baixo Amazonas, a partir de um projeto realizado no Baixo Amazonas, com foco na participação de rádios das regiões do Planalto Santareno e também do PAE Lago Grande e RESEX Tapajós Arapiuns. A compreensão é de que estes meios de comunicação, enquanto relações políticas em si e como instrumentos de divulgação das articulações políticas, têm a potencialidade de ampliar a transmissão de informação às comunidades acerca dos interesses capitalistas que estão por trás do que é oferecido e veiculado pelas empresas como desenvolvimento para o território.

Para o início do projeto foi realizado um grande encontro onde foram convidadas 12 rádios comunitárias, sendo quatro em cada microrregião. No entanto, nove confirmaram presença e somente oito participaram (Ver tabela 1, 2 e 3) contabilizando a participação de integrantes de uma rádio poste, uma comunicadora indígena que não integra nenhuma rádio comunitária, mas que atua com comunicação popular por meio das redes sociais e, também a Rede de Notícias

da Amazônia, que, por essência, não se trata de uma rádio comunitária, mas de organização coletiva com diversas rádios transmissoras e produtoras de notícias transmitidas em rede. A última tem alcance no Pará e no Maranhão. Não houve participação de rádio comunitária da região do Planalto Santareno. O encontro, intitulado ‘Comunicar e resistir: comunicadores/s populares em defesa do território’ foi realizado em dois dias, 17 e 18 de novembro de 2018, na Casa Familiar Rural da Vila Curuai¹⁸, no PAE Lago Grande, em Santarém, mesmo diante de uma estrutura, no PAE Lago Grande, em Santarém, mesmo diante de uma estrutura precária, e com total ausência de auxílio do poder público. Dividida em dois momentos, a atividade contou com a presença de um representante da Associação Mundial das Rádios Comunitárias (AMARC), no Brasil, e de um jornalista da região, com experiência na atuação de rádio comunitária.

Ressaltamos que de todas as rádios ali representadas somente uma possuía outorga para o funcionamento. Além desta dificuldade, também surgiram outras durante o diálogo, entre elas: a necessidade de apoio e capacitação jurídica especializada; a necessidade de capacitação técnica para a produção de conteúdo informativo; a falta de recursos financeiros que possam manter a rádio em funcionamento; bem como a falta e energia nas comunidades, o que dificulta a periodicidade da informação e até mesmo a comunicação externa; o curto alcance das ondas sonoras em territórios onde as comunidades são muito distantes umas das outras; a dificuldade de agregar pessoas voluntárias.

QUADRO 1 - RÁDIOS COMUNITÁRIAS DA RESEX PARTICIPANTES DA OFICINA

RESEX Tapajós Arapiuns	
Rádio	Comunidade
Rádio Integração	Comunidade Boim
Rádio Floresta	Comunidade São Pedro
Rádio Japiim	Comunidade Suruacá
Comunicadora popular independente	Comunidade Parauá

Fonte: Autora

¹⁸ As Casas Familiares Rurais (CFR) tiveram origem na França, nos anos de 1930, por iniciativa de um grupo de famílias do meio rural, propondo a adoção de uma formação profissional aliada à educação humana para seus filhos. Tem como estrutura a Pedagogia da Alternância, que alia a educação formal ao trabalho no campo. Hoje, a Casa Familiar Rural expandiu-se para os cinco continentes, em trinta países, com a mesma concepção -responsabilidade e engrossamento das famílias na formação dos jovens, no sentido de provocar o desenvolvimento global do meio (MDA) [...] (Fonte: Site FVPP http://www.fvpp.org.br/projetos_detalhe.asp?cod=73&cod_pai=12) (Steinbenner, 2011, p. 155)

QUADRO 2 - RÁDIOS COMUNITÁRIAS DO PAE LAGO GRANDE PARTICIPANTES DA OFICINA

PAE Lago Grande	
Rádio	Comunidade
Rádio FM Lago Grande do Curuai	Comunidade Vila Curuai
Rádio Poste Raio de Sol (poste)	Comunidade São Francisco
Rádio Muirapinima de Juruti	Juruti Velho

Fonte: Autora

QUADRO 3 - RÁDIOS COMUNITÁRIAS DO PLANALTO SANTARENO E OUTROS MUNICÍPIOS PARTICIPANTES DA OFICINA

Planalto Santareno e outros municípios	
Rádio	Comunidade
Rádio Santana FM	Município de Óbidos
Rede de Notícias da Amazônia (RNA)	Município de Santarém

Fonte: Autora

O primeiro dia foi disponibilizado para a abordagem das problemáticas territoriais. Pela manhã, por meio de uma roda de conversa, foram ouvidos um representante do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Sindicato (STTR) de Santarém, e uma representante da Federação das Associações das Associações de Moradores e Comunidades do Assentamento da Gleba Lago Grande (FEAGLE)¹⁹ Ambos relataram as dificuldades enfrentadas nas microrregiões com o avanço das ameaças capitalistas e a luta pela regularização fundiária, contra o mercado de terras, fortemente presente no território, considerando que no PAE Lago Grande. Esta ameaça da ameaça de apropriação das terras por sua valorização gerando pressão e expectativa de ganho de dinheiro imediato por parte da comunidade tem se acirrado com a tentativa da entrada da mineradora ALCOA, atuando na mineração de bauxita. O segundo momento do encontro foi voltado para a escuta de comunicadores e comunicadoras populares sobre a percepção de seus territórios.

No primeiro momento de atividade do projeto, os próprios protagonistas da comunicação popular pautaram uma lista de ameaças por eles observadas, tais quais: crédito de carbono, monocultivos, impactos da mineração, portos graneleiros, exploração madeireira, invasão dos territórios por pesquisas sem autorização das comunidades, a pesca de arrastão e a invasão de geleiras, projetos de construção de ferrovias e hidrelétricas, tráfico de drogas e de animais silvestres, aumento da violência no campo e da poluição ambiental, com destaque ao

¹⁹ Destaca-se que igualmente fora convidada a representação da Organização das Associações da Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns (TAPAJOARA), que não esteve presente, mas que enviou recado de justificativas.

lixo, além das queimadas. Também foi citada a Lei 13.465, aprovada em julho de 2017, que trata sobre a regularização fundiária rural e urbana, muito questionada pelos movimentos sociais por facilitar a concentração e grilagem de terras.

É importante destacar que durante a escuta dos representantes das rádios comunitárias, os problemas se apresentavam de forma comum aos territórios. Como uma espécie de auto-identificação, os participantes relatavam os problemas trazidos pela pressão e expansão do capitalismo em seus espaços coletivos. Ali era o lugar de fala²⁰ deles e delas. Ali era o momento do mapeamento de seus pontos de vivência e a percepção sobre a ganância econômica e a crítica consequência social, ambiental e cultural diante da realidade por eles e por elas vividas. Aqui lembramos das argumentações de Leroy (2016) sobre a construção dos territórios.

Como bem pontua o autor, por meio das resistências os povos e comunidades tradicionais nos ensinam que o mercado ainda não conseguiu todos os territórios e espaços de vida em disputa. Estes grupos, cada vez mais, nos mostram que vale a pena e é possível lutar por seus direitos. Portanto, o processo de articulação em rede se apresenta, também, como um processo de resistência coletiva quando possibilita a democratização do acesso ao direito de comunicar, reivindica a participação social, visibiliza as diversas formas de saber de atores locais, produz e difunde variadas formas de conhecimento, fazendo circular informações capazes de provocar reflexões em torno da realidade vivenciada na região amazônica. Conforme Leroy,

são a prova viva de que os bens comuns são ainda uma realidade e, portanto, de que há outras possibilidades de organizar a economia além do mercado capitalista, e a vida social e cultural além de em subordinação a este mesmo mercado, bem como de agir em política pelo interesse público mais do que sob as injunções dos interesses privados. Em suma, mostram-nos que a destruição e a homogeneização dos territórios não são inevitáveis e que eles detêm conhecimentos preciosos para o nosso futuro. (LEROY, 2016, p. 12)

Assim ocorre na comunicação, também. Até então, o mercado não conseguiu destruir a liberdade de expressão e manifestação enquanto direito instituído no Art. 220 da Constituição Brasileira. O reconhecimento de seus territórios os possibilitou atentar para as riquezas naturais de uso comum incidentes sobre os aspectos ambientais, sociais, culturais e produtivos. No entanto, apesar das múltiplas realidades, alguns problemas apareciam de forma muito frequente nos territórios diferenciados. Isso é importante para compreendermos o quanto a comunicação em rede pode favorecer a construção e a transmissão de um conhecimento horizontal para as

²⁰ Ver FRANÇA, Vera (2001)

mais distantes comunidades da Amazônia, mesmo diante aos diversos modos de vida, que, ainda que distintos, guardam a similaridade de estarem ameaçados, sendo violentados constantemente e cotidianamente. Assim, enquanto radiocomunicadores, os participantes tornam-se protagonistas da resistência às ameaças que eles próprios destacavam, sendo esta resistência também um ponto de conexão entre as diversas formas de manifestação territoriais e coletivas e de localidades distintas presentes.

Em outro momento, em que eram pontuadas as fraquezas e fortalezas das rádios comunitárias a partir das problemáticas em questão, a falta de outorga esteve presente em todas as análises de grupos e apareceu como uma das maiores fragilidades apontadas pelos participantes. Do ponto de vista político, este torna-se um grande problema a restringir a atuação legalizada das rádios e que as coloca num patamar de ilegalidade, de clandestinidade, sob o risco de sofrer procedimentos coercitivos da ANATEL. Esta apreende equipamentos e pode fazer denúncias que geram prisões em flagrante de comunicadores e comunicadoras populares, que de militantes passam a ser criminosos, entrando num ciclo de “clausura” provocada pela “privatização do bem comum comunitário”, como alerta Malerba (2016).

Por outro lado, muitas fortalezas foram apresentadas. Estas podem ser caracterizadas enquanto formas de resistência frente a todas as problemáticas, tanto territoriais quanto de acesso a uma comunicação democrática. Ente as fortalezas citadas, com frequência sobressaíram: a credibilidade na interlocução; a interação com o ouvinte; o respeito ao estatuto da rádio; a liberdade de expressão; a ‘força de vontade’ com o trabalho voluntário; os comunicadores e comunicadoras enquanto formadores de opinião; o alcance a diversas comunidades; a participação e voz ativa de mulheres e jovens; a abordagem de temas educativos ligados ao meio ambiente e socioculturais; o apoio cultural e as promoções realizadas, que possibilitam na manutenção financeira da rádio; o fortalecimento da cultura regional com inclusão de músicas de artistas locais na programação e a oportunidade a ‘novos talentos’.

Estas pontuações coletivas podem ser transformadas em perspectivas de povos e comunidades tradicionais da Amazônia sobre a valorização de relações comunitárias e solidárias. Mas para que isto ocorra, é necessário manter firme a mobilização social e organização política de comunicadores/as populares enquanto multiplicadores de ações de resistência social à mercantilização e privatização dos bens comuns, assim como oportunizar a percepção deles sobre si, sendo eles/as a própria resistência. É necessário incidir luz sobre esta base da comunicação democrática, a fim de superar a lógica da relação financeira, e fortalecer a concepção do valor imaterial e intangível dos bens comuns para a garantia do bem viver. Da mesma forma, ao se estimular esta base de produção da comunicação e do próprio ato de comunicar como ato de

partilhar saberes, os saberes locais também podem despontar, no próprio fazer comunicacional. Estes saberes passam a ser centrais na promoção de uma comunicação mais democrática, que não se refere apenas ao acesso ampliado à comunicação, mas à ampliação da forma de se comunicar, o que se comunica e, principalmente, quem são os sujeitos que estão (se) comunicando.

3.1 O Fortalecimento de redes democráticas

Em um terceiro momento, após um breve relato histórico sobre a democratização da comunicação, a liberdade de expressão e o surgimento das rádios comunitárias, foi abordada a perspectiva da atuação em rede das rádios na região do Baixo Amazonas, iniciando com as rádios ali presentes, porém com visão da ampliação e envolvimento de militantes de outras rádios comunitárias. A sensibilidade política diante dos problemas expostos foi uma das questões que mais chamou a atenção em meio à pesquisa. Isso porque sem nem mesmo receber nada em termos financeiros, a não ser o apoio cultural a algumas rádios, a partir de pequenos anúncios comerciais e ainda por ser um trabalho voluntário, as pessoas demonstraram grande vontade de potencializar o trabalho em rede.

Acreditam que isso deve ser feito enquanto alternativa de contraposição ao discurso dos meios de comunicação hegemônicos de grandes emissoras, como é o caso da rádio comercial Princesa FM. Genuinamente paraense, a rádio iniciou sua atuação no município de Capanema e depois se expandiu para outras localidades, como a região do Baixo Amazonas, tendo a cidade de Santarém como uma de suas sedes. Chegou neste município em 2014, com o “apadrinhamento” do ex-deputado federal do partido Solidariedade Wladimir Costa, como anunciou à época um dos blogs de notícia²¹ mais conhecidos na região foi mencionada pela sua associação ao coronelismo midiático, tendo atendido aos interesses econômicos de grandes empresas, e até mesmo em nível nacional, como é o caso da campanha ‘Agro é Pop’, que é uma campanha publicitária evidentemente voltada ao fortalecimento do agronegócio. Em contraposição a esta ideologia monopolista e mercadológica, a rede de radiocomunicadores populares se faz importante porque por meio de suas teias, nós e radiofrequências, enquanto bem comum imaterial, tem a possibilidade de fazer com que informações educativas e reflexivas possam ser ampliadas a comunidades distantes do centro urbano.

No entanto, a própria atuação voluntária também aponta as suas incoerências e

²¹ <http://www.jesocarneiro.com.br/negocios/padrinho-de-nova-fm-deputado-chega-amanha.html>.

enfrenta problemas ideológicos. Por ser um espaço democratizado, na maioria das vezes as rádios comunitárias funcionam por meio de um comitê gestor. Este, porém, torna-se submisso a um jogo de interesses diversos, cujos objetivos e poder de governança podem ou não estar alinhados aos interesses Comuns. Este é um dos principais problemas a serem enfrentados dentro das rádios comunitárias, o que muitas vezes provoca a dispersão de quadros combativos e de concepções progressistas, alargando os espaços de programações tão somente de entretenimento musical, sem debates sociais. Quando não, reforçam ainda mais as narrativas políticas contrárias às ações de defesa dos direitos humanos e de justiça ambiental

A morosidade e burocratização para a conquista das outorgas, um dos pontos mais debatidos, desvelou a urgência de lutar contra o engavetamento de muitas solicitações e a necessidade que as rádios têm de serem orientadas sobre o funcionamento dos trâmites jurídicos para a solicitação de outorga. No entanto, apesar das muitas dificuldades, elas pareceram não esmorecer a continuidade da resistência da comunicação comunitária, cidadã. A experiência vivenciada deu vez e voz às falas oprimidas de homens, mulheres e jovens, agentes de uma comunicação popular, ativa e que problematiza as questões de suas realidades locais. A atividade endossou a ideia de construção de sujeitos políticos coletivos na medida em que deu abertura para um olhar diferenciado de comunicadores/as sobre seus territórios tão específicos, mas ao mesmo tempo tão “comuns” e globais (LEROY, 2016; MALERBA, 2018; VIEIRA, 2014). Possibilitou sobretudo, a reflexão sobre a necessidade de fortalecer a luta por uma comunicação democrática e a emergência da tomada de consciência em oposição à “privatização e à mercantilização dos elementos vitais para a humanidade e para o planeta” (VIEIRA, 2014, p.196).

3.2 A atuação em rede enquanto processo de mobilização social

Rede é um conjunto de nós interconectados. Nó é o ponto no qual uma curva se entrecorta [...] Redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde compartilhem os mesmos códigos de comunicação [...] (Castells, 2018.p. 554)

Com a experiência inicialmente desenvolvida pelo Fundo Dema, é possível observar o papel do trabalho coletivo para o fortalecimento da luta em defesa do território, dos modos de vida dos povos e comunidades tradicionais, bem como para a luta contra as injustiças sociais e a garantia da liberdade de expressão. O cenário diante da conjuntura nacional não é dos melhores, e o encorajamento da atuação em rede pode possibilitar um sentido de conquista mútua de dignidade e empoderamento político e social.

Para além desta atividade, que foi a primeira promovida pelo projeto, os comunicadores e as comunicadoras elaboraram um planeamento para a realização de intercâmbios entre as rádios comunitárias, apresentando produtos radiofônicos com temáticas e formatos por eles indicados de forma autónoma, a exemplo da produção de spots, radionovelas, programas radiofônicos, radiodocumentários, abordando os problemas socioambientais observados em seus territórios.

A credibilidade dos/das ouvintes nas rádios comunitárias as torna um meio de referência, pontuando um reconhecimento, depositando confiança à informação amplificada nas ondas sonoras e nos autofalantes. Com seus nós bem atados, o trabalho coletivo em rede constrói ações de interesses e identidades coletivas, que se constroem em antítese aos interesses mercantis sobre os comuns, provocando uma síntese e resistência coletiva às ameaças. Assim, o projeto continuará no intervalo de um ano, com o planeamento de intercâmbios e a produção de materiais radiofônicos, culminando em um encontro final de avaliação. Espera-se que o mesmo encontro ocorra com a continuidade da presença dos atores coletivos e a expansão da rede para outros territórios de atuação do Fundo Dema, que são BR 163 e a Transamazônica, onde as problemáticas não são tão diferenciadas, rompendo invisibilidades e lançando luz às alternativas de resistência aos discursos hegemônicos dos monopólios de comunicação.

O desafio não é pequeno. Seja por limitações financeiras, pelas distâncias geográficas ou pela manutenção da motivação dos atores quanto à importância das lutas sociais em defesa das questões socioambientais. Identificada uma realidade comum, a mobilização social, “os passos do movimento passam a ser construídos a partir daí de forma coletiva” (Steinbrenner, 2011, p. 151). Tem-se, com isso, um objetivo de quebra de isolamento, de ganho de visibilidade e, sobretudo, de fortalecimento de elos e desabafo de vozes oprimidas pelo poder hegemônico, que se expande, igualmente, sobre as formas de se comunicar e de comunicar a resistência, causando, por vezes, criminalização e/ou apropriação de espaços de divulgação e produção de informação pública para difundir informação sobre interesses privados.

Propostas foram apontadas de forma autónoma para o rompimento das dificuldades. A atuação coletiva tornou-se um apontamento estratégico para o pilar de uma rede de comunicação democrática. Para além da articulação dos intercâmbios, outras iniciativas começaram a se dar no âmbito da reivindicação sobre o desengavetamento das outorgas das rádios comunitárias junto à deputados federais, enquanto representantes do povo. O trabalho em rede proporcionando o empoderamento coletivo de radiocomunicadores no conjunto das mediações sociais pode ter levado a este tipo de conclusão sobre tal proposta de ação pública e coletiva. Dizia João Paulo Malerba, membro da AMARC durante o seminário, que “uma rede é

interligada por articuladores que representam nós com objetivos comuns. Quanto mais nós tiverem esta rede, ela se mantém fortalecida, pois se um faltar, os demais continuam a segurar a sua existência” (18/11/18).

Neste sentido, a compreensão de rede de comunicação aqui trabalhada é concretizada na construção de um agrupamento social de indivíduos ou movimentos com interesses em comum, com reconhecimento identitário diante de realidades diversas, porém, aproximadas, e que fazem frente ao alijamento da cidadania. Esta categoria de análise também pode ser considerada nas relações determinantes de quebra do monopólio da fala e nas interações afetivas que fortalecem nós difíceis de serem desfeitos. Portanto, pensa-se na comunicação não necessariamente enquanto aparato instrumental – apesar de que esta forma é fundamental para a amplitude da informação, e sua importância não pode ser desconsiderada –, mas, enquanto ação de participação política voltada à partilha do poder de transformação social.

Quando aborda o poder da comunicação, Castells (2017) destaca quatro formas distintas de poder: o poder nas redes, o poder da rede, o poder trabalhado pela rede e o poder de criar redes. Não especificaremos cada uma, mas o que o autor nos evidencia é a potencialidade da legitimidade e eficiência das conexões, a indução de sinergias para limitar as contradições.

Processos de formação de poder devem ser vistos de duas perspectivas: por um lado, esses processos podem reforçar a dominação existente ou aproveitar posições estruturais de dominação; por outro lado, há também processos de compensação que resistem à dominação estabelecida em nome dos interesses, valores e projetos que são excluídos ou sub-representados nos programas e composição de redes. Analiticamente, ambos os processos configuram a estrutura do poder por meio de sua interação. Embora sejam diferentes, eles operam, no entanto, na mesma lógica. Isso significa que a resistência ao poder é alcançada por meio dos mesmos dois mecanismos que constituem poder na sociedade em rede: os programas das redes e as comutações entre as redes. Assim, a ação coletiva por parte dos movimentos sociais, sob suas várias formas, tem como objetivo introduzir novas instruções e novos códigos para os programas da rede. (CASTELLS, 2017, p.93)

De acordo com o autor, nenhum processo de mudança social é geral e instantâneo, mas depende de um conjunto de mudanças que ocorrem em ritmos diferentes entre os diversos grupos sociais com suas contradições, convergências e divergências que influenciam no processo de mudanças sociais. Embora nem todos os indivíduos se envolvam neste processo de interação coletiva, Castells (2017) considera que a história possibilita a participação de indivíduos que se transformam em atores sociais. Compromissados, esses atores estimulam transformações estruturais que podem resultar em consequências de ações positivas. “Não é uma tarefa fácil” (Castells, 2017, p. 355), diz sobre o processo de mudança social a partir das redes de

comunicação, por considerá-las difusas, multimodais e diversificadas. Portanto, no projeto analisado, e nas práticas a ele associadas da qual a pesquisadora presente faz parte, conectando ao pensamento de Castells sobre as redes, reconhece-se a potencialidade de provocar mudanças sociais e políticas, que, inclusive, possibilitam intervenção sobre a pauta ambiental com o trabalho de conscientização sobre o aquecimento global, as mudanças climáticas e o monitoramento sobre a maneira como as ações humanas afetam o ambiente natural, colocando a temática na disputa das narrativas em nível global.

Neste caminho de mobilização de resistência, Castells também destaca a difusão da mensagem em tempo real, a partir de aparelhos celulares. Apesar de o foco desta pesquisa se voltar à articulação de rede a partir do instrumento radiofônico, não podemos nos abster de refletir sobre a importância do aparato tecnológico que o uso do celular nos proporciona. Na Amazônia, em especial nas Unidade de Conservação, a ligação direta não funciona como meio de contato, mas a troca de mensagens ou até mesmo a ligação pelo WhatsApp é o único meio de contato e de articulação com as comunidades. Portanto, esta forma de comunicação acaba se tornando a “rede da rede”, onde cada receptor tem a possibilidades de se tornar um emissor a multiplicar a distribuição de mensagem a partir de uma rede, ou o que popularmente são chamados de ‘grupos de zap’, capazes de potencializar a mobilização social e os grupos de resistência.

O primeiro contato com representantes das rádios comunitárias, mapeadas com a contribuição de agentes sociais que já atuam na região, foi uma tarefa árdua. Na maior parte dos casos, a ligação direta não funciona. Em outra situação, como é o caso da comunidade São Francisco (rádio Poste Raio de Sol), o telefone é rural, ou seja, fica em um determinado local, onde qualquer pessoa que atenda tem a missão de chamar a outra pessoa a quem se destina o contato. Deixa-se recado ou retorna-se a ligação em um determinado momento que possivelmente o destinatário possa estar na comunidade para atender. Assim, a maior parte dos contatos foram feitos por meio de visualizações de mensagens via WhatsApp, incluindo as ligações feitas por este aplicativo.

Os contatos pelo “zap” foram inúmeros, considerando toda a logística para a garantia da participação de mais de 20 pessoas no encontro. Para além deste período, os contatos continuaram para a articulação de intercâmbios entre as rádios comunitárias. Para estas ações, por meio do próprio grupo virtual, as rádios comunitárias tomaram frente do processo de articulação entre elas próprias, fortalecendo nós, entrelaçando as relações e dinamizando atividades com narrativas em defesa dos bens comuns, num “esforço para que os *nós* da rede retroalimentem o *centro* com suas produções locais, a fim de serem redistribuídas através da rede,

algo estimulado inclusive com capacitações para produção de conteúdo próprio” (MALERBA, 2016, p. 485). Seguindo o pensamento de Malerba (2016), em sua análise sobre os novos caminhos tecnológicos e a tendência de hibridação e convergência midiática. Mesmo sem adentrar profundamente ao debate das múltiplas alternativas à radiodifusão a partir da internet, principalmente quanto aos seus riscos e potencialidades, é importante observar que o avanço virtual passou provocar efeitos diretos na articulação em torno da experiência apoiada pelo Fundo Dema. Isso porque possibilitou o encurtamento do tempo e o barateamento do contato, tornando menos difícil o fluxo de comunicação numa dinâmica de rede.

3.3 Os bens comuns e as redes comunitárias

‘Comunicar e resistir: comunicadores populares em defesa do território’. Defender o território é um processo que vai muito além da defesa dos limites geográficos, mas aborda as resistências, experiências e propostas voltadas à garantia da dignidade humana, à cidadania e à defesa dos bens comuns. Por que comunicar em defesa do território? A partir de um projeto coletivo de sociedade é fundamental articular indivíduos, grupos, movimentos para ampliar à toda a sociedade o (re)conhecimento sobre uma realidade que muito se vê, mas pouco se enxerga. A comunicação popular e comunitária em rede se firma enquanto alternativa de reverberação das vozes sufocadas que resistem ao imperialismo capitalista.

Defender o território de povos e comunidades tradicionais é preservar a vida humana e os direitos da natureza, considerando a harmonia social, cultural, econômica e ambiental numa dimensão local e global. Assim como as rádios comunitárias, as juventudes das Casas Familiares Rurais (CRFs), as associações, os sindicatos, os cidadãos autônomos, são os próprios agentes da mobilização e protagonistas em defesa dos bens comuns. Portanto, as redes de comunicação entre estes agentes fortalecem as conexões de afetividade, solidariedade e compreensão sobre o viver de forma coletiva e sustentável.

Os sujeitos dos Comuns ligados à natureza tornam-se atores incontornáveis no debate sobre o enfrentamento da crise climática. Mas não é só isso. O reconhecimento de limites, mesmo que traçados num contexto que lhes é estranho, os introduz num universo em que, queiram ou não, têm que travar batalhas para seu reconhecimento e sua reprodução, com o interesse adicional que podem lhes ajudar a melhor organizar internamente suas estratégias. (LEROY, 2016, p. 19)

Ao relacionar a construção do território com os (bens) comuns, como ele mesmo pontua a necessidade de ultrapassar a ideia de bem e fortalecer politicamente o ‘Comum’, Leroy

(2016) considera que o termo envolve os povos indígenas, as comunidades tradicionais e setores do campesinato, porém não de forma limitada, mas intervindo na relação entre o local e o global. Frente a diversas definições sobre este termo, passa a adotar somente a palavra Comuns para analisar a inserção/influência/incidência do mercado capitalista sobre os modos de vida destes agentes defensores do território e garantidores da vida numa escala mundial. Aqui Leroy já nos aponta a importância da organização coletiva e do fortalecimento dos movimentos sociais em defesa dos territórios tradicionais.

O protagonismo de radiocomunicadores na Amazônia perpassa por esta ação política de fortalecimento de nós em defesa dos “Comuns”. Enquanto um dos meios de comunicação predominantes na Amazônia, e de forma geograficamente mais limitada nas Unidades de Conservação, a exemplo do PAE Lago Grande e da RESEX Tapajós Arapiuns, no Baixo Amazonas, o rádio consegue exercer forte influência política e de ação coletiva nos territórios. Os radiocomunicadores conseguem, portanto, viabilizar e ampliar o debate democrático em defesa dos territórios com narrativas construídas a partir da compreensão dos direitos socioambientais. Portanto, tornam-se sujeitos de transformações a partir de uma perspectiva identitária e de enraizamento com/em seus próprios territórios porque isso lhes produz um sentido de sobrevivência no universo vivido. De acordo com Elhaji,

Os grupos étnicos e culturais sentem o imperativo de se manifestar sobre a realidade social e política na qual eles se inserem para se posicionarem com relação à sociedade e oferecer a seus membros um quadro coerente de ação. De fato, há uma dependência estreita entre as formas organizacionais de uma comunidade e as suas instâncias de enunciação de seu projeto sócio-histórico, na medida em que, ao elaborarem as suas práticas discursivas, procuram desenvolver estratégias que atuem como dispositivos simbólicos na disputa pela imposição de sentidos. (Elhajji, 2005, p. 202)

O que coloca Elhajji (2005) nos possibilita refletir não somente sobre os grupos étnicos, mas também sobre o papel de radiocomunicadores na disputa simbólica de narrativas ao elaborar práticas discursivas em torno dos bens comuns, os quais Vieira (2014) destaca como “coisas compartilhadas” e enquanto “fazer comum”. A visão daquele autor não se diferencia deste, que nos faz pensar sobre as estratégias de organização em rede para o enfrentamento às ameaças a territórios que abrigam processos intensos de sociabilidades humanas com e na natureza.

Vieira (2014) acentua ainda que ‘Comuns’ não são somente aqueles considerados materiais. Desta forma, podemos considerar que enquanto meios imateriais, ou “intelectuais”,

como trata o autor, as redes de comunicação podem ser consideradas fortes obstruções à mitologia da humanização do capitalismo na Amazônia. As falsas ofertas sobre as investidas mercadológicas de corporações, na verdade tanto de interesse privado quanto público, ou a aliança entre ambos, que geram problemas devastadores e todas as ordens nas comunidades, desde a desestruturação de valores sociais e identitários até a irreversível destruição ambiental.

Podemos, assim, considerar que existe uma analogia da luta do ‘Comum imaterial’ em defesa do ‘Comum tradicional’. Mas como fortalecer essa rede de comunicação em defesa dos povos e comunidades tradicionais, de seus modos de vida e dos bens comuns materiais frente às fortes relações de poder, sobretudo simbólicas, que incidem sobre o acesso à uma comunicação livre e democrática, uma vez que geograficamente os territórios são longínquos, a comunicação tecnológica é bastante limitada e a hegemonia comunicacional está voltada aos interesses político-partidários e mercadológicos? Vimos que vários desafios estão postos à comunicação, entre eles estão a legitimidade social sobre sua importância e garantia enquanto bem comum imaterial e, também, quanto à perspectiva de ela própria ser um elemento de resistência. A reflexão começa a ganhar fôlego a partir do trabalho sobre a problematização territorial. Geralmente os fatos são vistos, mas não enxergados. A aproximação afetiva e a afirmação identitária entre os comunicadores e comunicadoras populares pode favorecer a percepção sobre os fatos, possibilitando que estes, enquanto sujeitos políticos coletivos com potencial transformador, possam enxergar os fatos, reforçar os nós solidários e apresentar alternativas de bem viver que vão na contramão da lógica mercadológica de desenvolvimento.

CONCLUSÃO

Em meio à finalização deste artigo, uma notícia repentina provocou indignação frente à conjuntura vivenciada no momento de transição que ameaça à redemocratização pelo qual passou o país, estando nós em um contexto de retorno aos retrocessos em avanços sociais conquistados, inclusive no âmbito da democratização da comunicação, ainda que timidamente. Enquanto muitos se preparavam para as festas de fim de ano, nos últimos dias de 2018, o ministro Gilberto Kassab, representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) na presidência de Michel Temer, implementou a Portaria de nº 2.071, de 27 de dezembro daquele ano, extinguindo a outorga de 130 rádios comunitárias em todo o país. A medida não chegou a atingir nenhuma rádio no estado do Pará, porém, a situação não se torna motivo de comemoração, mas ao contrário, de muita preocupação. Este é o alarme do que está por vir e do que precisa ser politicamente enfrentado.

A ausência da outorga de rádio comunitárias foi uma das fragilidades fortemente destacadas durante a aproximação gerada a partir do projeto do Fundo Dema para a articulação das rádios comunitárias em rede. A ação governamental potencializa a desarticulação de ações no contexto da disputa de narrativas contra hegemônicas de grandes corporações capitalistas, e desestimula bastante o trabalho voluntário de comunicadores e comunicadoras populares que sobrevivem com pequenos apoios de comércios e serviços populares. Se por um lado a liberdade da fala é cerceada, por outro, o favorecimento de grupos de mídia hegemônicos não são sequer importunados pelos dispositivos de controle estatal, com fiscalização de concessões públicas.

Sem outorgas e com estruturas muito precarizadas, as rádios comunitárias passam a criar mecanismos de resistência à dominação que se pretende consolidar. Na Amazônia, principalmente no ambiente do campo e da floresta, os desafios se mostram mais densos e tensos com ameaças territoriais, a ausência de políticas públicas e, agora, mais ainda, com a aparente legitimidade de um Governo despreparado, que já cerceia o direito à liberdade de expressão. Já no primeiro mês de 2019, o governo de Jair Bolsonaro vem mostrando a que veio, consolidando a destruição da Constituição Federal, o que pode ser considerado parte de seu plano de governo. Tal plano vislumbra o fortalecimento do patriarcalismo com falso moralismo, preconceito e misoginia, sem contar no fortalecimento de uma concepção capitalista e mercantilista da natureza, que provavelmente irá acelerar a destruição dos Comuns, materialmente, enquanto territórios, e imaterialmente, enquanto modos de vida.

Para enfrentar grande parte de todo esse retrocesso, a articulação em rede das rádios comunitárias, entendida e analisada a partir da experiência do Fundo Dema, pode contribuir para

o fortalecimento de ações coletivas dos movimentos sociais, que movimentam não somente a estrutura do poder numa escala local, mas também globalizada, em defesa dos direitos humanos e da natureza, da liberdade de expressão e da democratização da comunicação, enquanto Comuns universais e imateriais. No entanto, as limitações do projeto dinamizado pelo Fundo Dema esbarram em questões financeiras, temporais e políticas neste cenário conjuntural, uma vez que o processo de construção, mobilização e manutenção da articulação de uma rede se dá de forma pedagógica e gradual, o que exige investimento no esforço humano, disponibilidade temporal, acesso a apoio financeiro, por exemplo.

Com o claro objetivo governamental de impossibilitar ainda mais a incidência da comunicação livre e democrática – tendo em vista o desmonte do Ministério da Comunicação enquanto pasta específica –, garantir a continuidade desta luta em defesa dos bens comuns, para além do período de um ano de desenvolvimento do projeto, constitui-se em um enorme desafio. Será difícil não somente à articulação das rádios comunitárias, incluindo a segurança de vida de comunicadores/as populares em lugares onde as políticas públicas não se fazem presentes, mas o grande capital, sim. Manter a estabilidade do bem viver na sociedade diante de uma gestão presidencial que reforça a destruição dos bens comuns torna-se, de certa forma, um processo bastante intolerável, porém como vimos durante o percurso deste diálogo, é necessário manter os nós bastante firmes para que a rede seja ampliada, legitimada, fortalecida e permaneça combativa.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves (Orgs). **O que é Justiça Ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

DUARTE, Marcia Yukiko Matsuuchi. Estudo de caso. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2010.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 19. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

_____. **O poder da comunicação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

COSTA, Alda Cristina; OLIVEIRA, Ivana Guimarães. Os microfones da Amazônia Paraense: a relação de comunicação entre o rádio e a sociedade. In: **9º Encontro Nacional de História da Mídia**, 14, 2013, Ouro Preto: UFOP, 2013. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-sonora/os-microfones-da-amazonia-paraense-a-relacao-de-comunicacao-entre-o-radio-e-sociedade>>. Acesso em 26 nov. 2017.

ELHAJJI, Mohammed. Comunicação, cultura e conflitos: uma abordagem conceitual. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (Orgs). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

FRANÇA, VERA. **Convivência urbana, lugar de fala e construção do sujeito**. Intexto, v. 2, n. 7, p. 1-10. Porto Alegre: UFRGS, jul/dez 2001.

FERREIRA, P. R. **Após o regatão, o rádio e a televisão**. In: Encontro Nacional da rede Alfredo de Carvalho, 3, 2005, Novo Hamburgo. Anais. Novo Hamburgo: Alcar, 2005. Disponível em: <<http://paginas.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/3o-encontro-2005-1>>. Acesso em 23 nov. 2017.

FOLHES, Ricardo Teophilo. **O Lago Grande do Curuai: história fundiária, usos a terra e relações de poder numa área de transição várzea-terra firme na Amazônia**. Belém: UFPA, 2016.

LEROY, Jean Pierre. **Mercado ou Bens Comuns: o papel dos povos indígenas, comunidades tradicionais e setores do campesinato diante da crise ambiental**. In: MAIA, Maiana; MALERBA, Julianna (Orgs.). Rio de Janeiro: FASE, 2016.

LEVY, Pierre. Pela ciberdemocracia. In: MORAES, Dênis (Org.). **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

MAIA, Rousiley. Redes cívicas e internet: efeitos democráticos do associativismo. In: GOMES, Wilson; MAIA Rousiley. **Comunicação e Democracia: problemas e perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008.

MALERBA, João Paulo. **Rádios comunitárias no limite: crise na política e disputa pelo comum a era da convergência midiática**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.

MALERBA, Julianna. **Diagnóstico sobre a situação fundiária do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) da Gleba Lago Grande, em Santarém (PA)**. Rio de Janeiro: 2018

PERUZZO, Círcia Maria Krohling. Observação participante e pesquisa-ação. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2010.

OLIVEIRA, Mariana Santos de; BONILLA, Maria Helena Silveira. **As políticas públicas de banda larga do primeiro governo Dilma (2011-2014)**. Disponível em: <<https://blog.ufba.br/gec/files/2016/06/relatorio-final.pdf>> Acesso em: 06 mar. 2019.

STEINBRENNER, Rosane Maria Albino. **Rádios comunitárias na Transamazônica: desafios da comunicação comunitária em regiões de mediação periférica**. Belém: NAEA-UFPA, 2011.

VIEIRA, Miguel Said. **Os bens comuns intelectuais e a mercantilização**. São Paulo: USP, 2014.